

ANC P 46

Comissão aprova a instituição dos empréstimos compulsórios

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização aprovou ontem a possibilidade de a União instituir empréstimos compulsórios. Por 82 votos a cinco, foi aprovada uma emenda do deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ) que proíbe empréstimos que visem restringir temporariamente o poder aquisitivo da população, como foi feito na vigência do Plano Cruzado, com a incidência de compulsório sobre os combustíveis, os carros, as passagens de avião e a restituição de Imposto de Renda.



missão de Sistematização, a proposta foi aprovada. Alguns deputados tiveram dúvidas sobre os benefícios de sua exclusão do texto, porque seria uma fórmula de taxar os grandes capitais em momentos de crise.

Foi a segunda tentativa de alterar a competência do governo para instituir empréstimos compulsórios. O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) propôs que a cobrança fosse restringida apenas a dois casos: calamidade pública e ausência de recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas contraídas pelo poder público. Por sessenta votos a 26, a emenda foi rejeitada.

"É um crime contra a economia popular essa medida (de instituir empréstimos compulsórios). Basta o contribuinte ter um pouquinho mais de dinheiro e o fisco vem lhe tomar sua poupança", disse Eymael em favor de sua emenda. Por considerar a proposta muito abrangente, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) foi contra sua aprovação, defendendo apenas a superação do empréstimo para conter poder aquisitivo.

Ferreira Lima afirmou que o texto constitucional estabelece mecanismos para conter abusos do governo. "Está afastada a possibilidade de

decreto-lei. O contribuinte não será lesado", afirmou. Na vigência do Plano Cruzado, o governo instituiu o compulsório sobre a compra de combustíveis, carros e passagens aéreas a partir de um decreto-lei. "Isso não se repetirá", disse Ferreira Lima.

Revolução Russa

A Revolução Russa foi o assunto mais polêmico da sessão matinal da Comissão de Sistematização — iniciada com uma hora de atraso, às 10h — que foi aberta com uma série de pronunciamentos em comemoração ao 70º aniversário da Revolução Russa.

Sem debates ou votações, a comissão aprovou os cinco artigos iniciais do "Dos Princípios Gerais da Tributação e do Orçamento". Pela complexidade do assunto, a maioria dos parlamentares acompanhou a sessão seguindo a orientação das lideranças das bancadas. Um acordo entre os líderes limitou em cinquenta o número de pedidos de preferência (forma de priorizar a votação de algumas emendas em detrimento de outras). Para encerrar a votação da parte tributária e orçamentária até hoje, a comissão pretendia trabalhar até às 23h de ontem, realizando uma sessão final na tarde de hoje.

Além da cobrança de compulsório para sanar danos causados por calamidade pública, a União e os Estados poderão instituir empréstimos, aprovados pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para investimento público de interesse nacional ou em caso de guerra externa ou iminente. "O compulsório para reduzir o poder aquisitivo é um confisco", disse Oliveira, ao defender sua emenda.

Com o apoio do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Co-

Pressão de secretários muda o projeto

Da Sucursal de Brasília

O "lobby" armado pelos secretários estaduais da Fazenda para garantir os interesses dos Estados na nova Constituição conseguiu ontem a sua primeira vitória. Mesmo com uma votação apertada, a primeira emenda que representava o grupo foi aprovada na manhã de ontem pela Comissão de Sistematização. Satisfeitos, dezesseis secretários, dentre eles os de São Paulo, Rio, Minas Gerais, Bahia e DF, comemoraram.

Por 47 votos a 44 e uma abstenção, a comissão excluiu do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) o princípio de igualdade entre a

Fazenda Pública e os contribuintes nos processos legais. Com a isonomia, a Fazenda não teria nenhuma diferenciação em relação ao contribuinte e não teria "como defender os interesses da coletividade", segundo os secretários. Essa proposta foi incluída numa lista de nove pontos considerados prioritários pelos secretários. Na sexta-feira, o grupo conversou com os deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) para negociar os interesses dos Estados. Responsáveis pelas principais negociações dos capítulos do título "Da Tributação e do Orçamento", os deputados articularam um acordo para viabilizar a votação.

Dentre as propostas dos secretários, está a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre prestações de serviço e o aperfeiçoamento do texto relativo ao tratamento fiscal para as microempresas. O grupo fechou uma proposta que transfere parte do ICM arrecadado de um Estado para outro. Assim, os 17% arrecadados por São Paulo seriam reduzidos a 12%, com a transferência da diferença para o Estado que comprou o produto. No cômputo final, São Paulo não perderia. A nova distribuição da arrecadação dos tributos equilibra essa perda, disse o secretário da Fazenda paulista, Campos Machado.

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Manutenção aos empréstimos compulsórios



PMDB
Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Alfredo Campos (MG), Antonio Britto (RS), Artur da Távola (RJ), Bernardo Cabral (AM), Carlos Mosconi (MG), Cid Carvalho (MA), Cristina Tavares (PE), Egidio Ferreira Lima (PE), Fernando Bezerra Coelho (PE), Fernando Gasparian (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), Francisco Pinto (BA), José Fogaça (RS), José Geraldo Ribeiro (MG), José Ignácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), José Richa (PR), José Serra (SP), José Ulisses de Oliveira (MG), Manoel Moreira (SP), Mário Lima (BA), Néilson Carneiro (RJ), Néilson Jobim (RS), Nilson Gibson (PE), Oswaldo Lima Filho (PE), Paulo Ramos (RJ), Raimundo Bezerra (CE), Renato Viana (SC), Rodrigues Palma (MT), Sigmaringa Seixas (DF), Wilson Martins (MS). **Suplentes:** Chagas Rodrigues (PI), Dasso Coimbra (RJ), Délio Braz (GO), Euclides Scalco (PR), João Agripino (PB), Jorge Hage (BA), José Carlos Grecco (SP), José Costa (MA), José Tavares (PR), Octávio Elísio (MG), Roberto Brant (MG), Vilson Souza (SC)

PFL
Alceni Guerra (PR), Anibal Barcelos (AP), Antonio Carlos M. Thame (SP), Cristóvam Chiaradia (MG), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Dornelles (RJ), Geovani Borges (AP), Inocêncio de Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Lins (CE), José Lourenço (BA), José Santana (MG), Mário Assad (MG), Sandra Cavalcanti (RJ). **Suplentes:** Jalles Fontoura (GO), Jonas Pinheiro (MT), José Tinoco (PE), Mazarildo Cavalcanti (RR), Simão Sessim (RJ), Waldir Campelo (DF)

PDS
Antônio Carlos Konder Reis (SC), Darcy Pozza (RS), Gérson Peres (PA), Jarbas Passarinho (PA). **Suplentes:** Adylson Motta (RS)

PDT
José Maurício (RJ), Lysâneas Maciel (RJ). **Suplentes:** Luiz Salomão (RJ)

PT
Luiz Inácio Lula da Silva (SP), Plínio de Arruda Sampaio (SP)

PTB
Francisco Rossi (SP), Gastone Righi (SP), Joaquim Beviláqua (SP)

PSB
Jamil Haddad (RJ)

PCB
Fernando Santana (BA)

PC do B
Haroldo Lima (BA)

PDC
Suplente: José Maria Eymael (SP)

PL
Adolpho de Oliveira (RJ)

PMDB
Almir Gabriel (PA), Carlos Sant'Anna (BA), Nelton Friedrich (PR), Virgildásio de Senna (BA).

PFL
Arnaldo Prieto (RS)



AUSENTES:

PMDB
Aluizio Campos (PB), Celso Dourado (BA), Fernando Lyra (PE), Haroldo Sabóia (MA), Ibsen Pinheiro (RS), João Calmon (ES), João Herrmann (SP), José Freire (GO), Milton Reis (MG), Pimenta da Veiga (MG), Severo Gomes (SP), Theodoro Mendes (SP). **Suplentes:** Aécio Neves (MG), Albano Franco (SE), Antonio Mariz (PB), Israel Pinheiro (MG), João Natal (GO), José Maranhão (PB), Manoel Viana (CE), Márcio Braga (RJ), Marcos Lima (MG), Michel Temer (SP), Miro Teixeira (RJ), Nelso Wedekin (SC), Rose de Freitas (ES), Uldurico Pinto (BA), Ziza Valadares (MG)

PFL
Afonso Arinos (RJ), Aloyzio Chaves (PA), Carlos Chiarelli (SC), Edme Tavares (PB), Luis Eduardo (BA), Marcondes Gadelha (PB), Oscar Corrêa (MG), Osvaldo Coelho (PE), Paulo Pimentel (PR), Ricardo Fiuzza (SP). **Suplentes:** Enoch Vieira (MA), Jesualdo Cavalcanti (PI), João Menezes (PA), Jofran Frejat (DF), Paes Landim (PI), Ricardo Izar (SP)

PDS
José Luiz Maia (PI), Virgílio Távora (CE). **Suplentes:** Bonifácio de Andrade (MG), Victor Faccioni (RS)

PDT
Brandão Monteiro (RJ). **Suplentes:** Bocayuva Cunha (RJ)

PT
Suplente: José Genoino (SP)

PTB
Suplentes: Ottomar Pinto (RR), Solon Borges dos Reis (SP)

PSB
Suplente: Beth Azize (AM)

PCB
Roberto Freire (PE)

PC DO B
Suplente: Aldo Arantes (GO)

PDC
Siqueira Campos (GO)

PMB
Antonio Farias (PE)

PL
Suplente: Afif Domingos (SP)

ANC 88
Pasta 06 a 10
Novembro/87
097

Cardoso pede que os constituintes agilizem votações

O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, líder do PMDB no Senado, fez ontem um "apelo" de negociação entre os vários grupos do Congresso constituinte para que a nova Constituição seja promulgada ainda este ano. A declaração do senador equivale ao reconhecimento da cúpula do PMDB de que o "centrão", grupo que reúne os parlamentares conservadores, já tem maioria para mudar o regimento. "Temos que fazer um tremendo esforço para discutir os pontos polêmicos e terminar a Constituinte ainda este ano", disse Fernando Henrique. O líder do PMDB e o senador José Richa (PMDB-PR) começaram a fazer contatos com algumas lideranças do "Centrão" para que a mudança do regimento que deverá ser desencadeada em sessão da terça-feira, leve a um processo de negociação em torno de seis ou sete itens polêmicos. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA) foi um dos contatados.

Ao mesmo tempo, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) também procura uma fórmula com o "Centrão" que permita a mudança do regimento e a apresentação de novas emendas ao atual projeto, mas sem provocar uma enxurrada de emendas. Ele já conversou a respeito com o líder do "Centrão", o deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE). "Haverá paz", disse Cabral ontem.

O "Centrão" quer mudar o regimento para poder apresentar emendas novas ao projeto que está sendo votado na Sistematização. A negociação que começou nestes últimos dias concentra-se em obter com os líderes dos grupos um acordo para que haja emendas apenas sobre alguns pontos mais polêmicos, o que evitaria a apresentação de milhares de novas emendas. Esses pontos são: estabilidade no emprego, o mecanismo de imissão na posse da terra desapropriada, a prescricibilidade de ações na Justiça depois de um período após a demissão do empregado, e algumas alterações no capítulo da Ordem Econômica e Ordem Social que desagradam aos conservadores.

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, por enquanto não participa diretamente dessas negociações. Aguardará o resultado das conversas de seus líderes com os líderes do "Centrão". A cúpula do PMDB recuou de sua posição anterior, de incredulidade ante as chances de o "Centrão" realmente conseguir a maioria do plenário (280 de 550 parlamentares) para mudar o regimento. O próprio Fernando Henrique, na última quinta-feira, quando perguntado sobre a suposta maioria do "Centrão", dizia com um sorriso: "eu não acredito nisso". Ontem, mudou sua avaliação e fez "um apelo para que haja uma convergência na Constituinte". Este movimento, apesar da resistência inicial da cúpula do PMDB, poderá levar um processo de negociação que acelere os trabalhos do Congresso constituinte.

A sugestão de Fernando Henrique é que os diversos grupos negociem os pontos polêmicos no plenário da mesma forma como negociaram há três meses, através do grupo do "consenso" e o grupo "dos 32". Esta negociação excluiu dois temas sobre os quais não há consenso: o sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney.